

VALORIZAR SOCIALMENTE O DESPORTO:
UM DESÍGNIO NACIONAL

12

JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM 1936

RACISMO, POLÍTICA E XENOFOBIA



ÍNDICE

RESUMO / ABSTRAT.....	2
PREFÁCIO - O MITO DA RAÇA ARIANA OU NÓRDICA.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
MÉTODO.....	16
CONTEXTO ANTROPOLÓGICO.....	20
OS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM 1936.....	39
BREVES NOTAS FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
AGRADECIMENTOS.....	51



RESUMO

A partir do documentário de Leni Riefenstahl, intitulado *Olympia. Feste der Völker*, e do pensamento político da época exposto pelo livro intitulado *A minha luta*, analisaram-se os Jogos Olímpicos de 1936. Para tal, os autores estabeleceram o quadro antropológico da época, tentando compreender os Jogos à luz desses conceitos hegemónicos. Pela análise efetuada pode concluir-se: o pensamento racial e a superioridade do povo ariano em relação aos demais não eram exclusivamente germânicos; os Jogos constituíram-se num ato de propaganda do regime com inúmeras exaltações do nazismo e do seu líder; no documentário de Leni Riefenstahl não são visíveis manifestações racistas; o documentário evidencia a necessidade de os organizadores dos Jogos reivindicarem a pureza biológica do arianismo e a herança cultural do povo grego, de que o ritual do fogo olímpico é um exemplo; unir a Grécia à Alemanha através do olimpismo era fundamental para legitimar a exaltação do corpo vigoroso defendido por A. Hitler.

Palavras-chave:

Jogos Olímpicos de 1936 – nazismo – arianismo – racismo – Leni Riefenstahl

ABSTRACT

Departing from both Leni Riefenstahl's documentary entitled *Olympia. Fest der Völker* and the political thought of the time published in the book *Mein Kampf*, an analysis of the Olympic Games of 1936 is carried out. To this purpose, the authors established the anthropological context of the time, trying to understand the Games in the light of these hegemonic concepts. The analysis carried out concluded: racial thinking and the superiority of the Aryan people in relation to the others were not exclusive to German thinking; the Games were an element of the regime's propaganda with numerous exaltations of Nazism and its leader; in Leni Riefenstahl's documentary are not visible racist manifestations; the documentary highlights the need for the Games' organizers to claim the biological purity of Arianism and the cultural heritage of the Greek people, of which the ritual of the Olympic fire is an example; connect Greece to Germany through Olympism was crucial to legitimize the exaltation of vigorous body defended by A. Hitler.

Keywords:

1936 Olympic Games – Nazism – Arianism – racism – Leni Riefenstahl

PREFÁCIO¹

Professor Adriano Moreira

O MITO DA RAÇA ARIANA OU NÓRDICA

Todo esta teoria dos mitos raciais, que impedem a efectiva igualdade suposta pela lei ou, pelo menos, pela filosofia política, encontrou um decisivo apoio no racismo, que apareceu ligado ao nacionalismo europeu. Enquanto que, como se vê em João de Barros, os infiéis foram considerados fora do direito dos povos civilizados por não terem a fé cristã – o que significava portanto e apenas uma inferioridade cultural absolutamente ultrapassável –, a mudança de ponto de vista e o esquecimento do critério ético que animou a expansão peninsular levaram a radicar o critério da superioridade da raça branca, que bem pode encontrar-se no imperialismo de Kipling. Mas foi talvez a luta dos nacionalismos europeus que levou ao aparecimento de uma pretensa gradação valorativa entre as nações europeias, segundo o ponto de vista racial, e à reivindicação que os Estados se habituaram a fazer de uma ascendência impoluta para o seu povo, descendente de qualquer primitiva raça famosa. Por isso, a raça branca acabou por ver a luta entre os seus próprios ramos conduzida sob o signo do mito racial.

A superioridade da raça ariana começou, ao que parece, por ser uma reivindicação de classe, formulada primeiro por Henri de Boulainvilliers (1658-1722) ao expor a sua teoria da aristocracia de sangue germânico. Todavia, a sua importância teórica moderna assenta no *Essai sur l'inégalité de races humaines*, de 1853, devido a Gobineau, que também enunciava ainda e apenas um racismo de classe. Tratava-se de uma posição muito adequada para justificar a direcção política por uma minoria aristocrática e privilegiada, em face das reivindicações sociais que se multiplicaram no século XIX, com base no socialismo utópico.

O pensamento de Gobineau foi retomado na Alemanha por Wagner,

¹ Texto retirado da obra *Política Ultramarina*, do Professor Adriano Moreira, com a autorização do autor.

o qual, por sua vez, foi o mestre de Houston Chamberlain (1899), um inglês germanizado, que formulou o mito do *nórdico louro dolicocefalo*. Agora não se trata já da predestinação física de uma classe, que, exibindo uma comunidade de sangue, exercia a direcção política em todos os países, mas sim da predestinação de toda uma raça. Afirmava, designadamente, que «foram as raças germânicas que, no século V, transformaram o espírito ocidental». Até de Jesus, escreveu Woltmann: «Não temos a menor prova de que seus pais tenham sido de ascendência judaica; os galileus, sem dúvida, tinham algum sangue ariano, e de resto o arianismo de Cristo revela-se na sua mensagem... Sobretudo, galileu ou não, José não era seu pai, visto que Jesus não tinha pai». Esta infeliz cruzada de Chamberlain, Woltmann, Théodor Pesche e Carl Penka, de que foi órgão o *Gobineau Vereinigung*, fundado em 1984, levou a radicar a tese da superioridade ariana como um dos pontos fundamentais do nazismo.

O racismo de classe está, por isso, na base do racismo estadual e encontrou um aliado na doutrina da selecção natural, uma doutrina muito apta para justificar a estabilização das classes e do predomínio das nações. Por isso não foi senão lógico G. L. Reimer quando (*Ein Pangermanisches Deutschland*) defendeu o estabelecimento de um sistema de castas cuja graduação se baseava na percentagem de sangue alemão: uma primeira casta compreenderia os alemães de sangue puro, que disporiam de todos os privilégios políticos e sociais; uma segunda casta, já impura, teria um estatuto jurídico mais limitado; finalmente, os não alemães teriam um estatuto desprovido de quaisquer direitos políticos, podendo encarar-se a sua eliminação. Como veremos, tal orientação recebeu expressão política muito importante e está na base do sentido que essencialmente se pretendeu imprimir ao anticolonialismo da O.N.U.

INTRODUÇÃO

Na longa história dos Jogos Olímpicos, com pelo menos 2800 anos², embora interrompidos durante 1500 anos (de 393 a 1896), houve inúmeros acontecimentos que à luz da atualidade não se pautaram pelo respeito da dignidade da pessoa humana.

Sabemos que durante muito tempo as mulheres estavam praticamente arredadas do Estádio Olímpico³, que o fim dos Jogos da Antiguidade se deveu em grande parte à corrupção e ao consequente desvirtuamento dos mesmos e que nos primórdios dos Jogos da Era Moderna apenas um elite social e económica poderia neles participar. Por outro lado, ao longo dos Jogos renascidos houve situações críticas, nomeadamente os boicotes dos países ocidentais aos Jogos realizados em Moscovo no ano de 1980, seguido do boicote de países socialistas à edição disputada em Los Angeles, à terrível tragédia ocorrida em Munique no ano de 1972, aquando de um atentado terrorista perpetrado contra a delegação israelita.

Para além destas situações, com enormes repercussões mediáticas, houve outras como o boicote de países africanos aos Jogos de Montreal em 1976 em virtude da presença da Nova Zelândia que pouco tempo antes tinha disputado um jogo de rãguebi contra a África do Sul, país que na altura estava banido do movimento desportivo internacional devido à sua política de *apartheid*, ou as manifestações do movimento *black power* ocorridas nos Jogos de 1968 disputados na cidade do México.

Apesar destes momentos menos felizes ocorridos em edições dos Jogos Olímpicos – nem em todos destes exemplos se pode atribuir as culpas ao olimpismo, mas a decisões políticas que se repercutem nos Jogos –

2 Paulo Mendes Pinto (2013) coloca a hipótese de a origem dos Jogos ser anterior a 776 a.C., admitindo a possibilidade de remontarem ao século XI a.C.

3 Dizemos “praticamente” porque, em rigor, poderiam competir nas provas hípias. Com efeito, o verdadeiro campeão olímpico não era o cavaleiro, mas o dono do cavalo. Se o cavalo fosse propriedade de uma mulher, então seria ela a campeã.

de uma forma geral o Movimento Olímpico antecipou algumas evoluções sociais, como foi o caso dos Jogos da XV^a Olimpíada, disputados no ano de 1952 em Helsínquia, que ficaram marcados por acontecimentos de enorme relevância simbólica para o desporto. Foi no hipismo, modalidade que em regra é associada à elite social, que tais progressos aconteceram, nomeadamente (com realce para as duas últimas):

- a)** As competições equestres foram abertas a militares de baixa patente e não apenas a oficiais;
- b)** As competições equestres foram abertas a civis, terminando uma tradição exclusivamente militar;
- c)** As competições equestres foram abertas a pessoas de ambos os sexos, tendo-se inscrito 6 mulheres;
- d)** A medalha de prata na prova de Ensino foi conquistada pela dinamarquesa Lis Hartel, montando *Jubilee*. A cavaleira sofria de poliomielite, o que lhe provocava uma paralisia parcial.

Na mesma competição entreabriram-se importantes portas que apenas anos mais tarde foram totalmente abertas. O desporto olímpico é para todos, sem distinção de sexo, classe social ou de quaisquer outras condições particulares⁴, como é o direito de Pessoas com deficiência poderem competir nos Jogos Olímpicos e não apenas nos Jogos Paralímpicos, que na altura, 1952, ainda nem sequer se disputavam.

É também de realçar o caso do mundialmente famoso pugilista

⁴ Lembremos o caso do sul-africano Oscar Pistorius, hoje protagonista de um caso bem diferente. No dia 4 de agosto de 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, foi apontado como sendo o primeiro atleta paralímpico a competir em igualdade de condições com atletas considerados normais, alcançando a classificação para as meias-finais da prova dos 400 metros planos. Contudo, não foi a primeira Pessoa com deficiência a fazê-lo. Liz Hartel fê-lo 60 anos antes.

norte-americano Cassius Clay, mais tarde Muhammad Ali, que foi elevado ao Olimpo nos Jogos de Roma em 1960, e depois foi mal recebido na sua própria cidade, Louisville, Kentucky, onde, segundo o seu testemunho, nem pode almoçar num restaurante do centro da cidade pelo facto de ser negro⁵. O olimpismo antecipou nas suas competições a igualdade substantiva entre todos.

Se olharmos para os grandes heróis do olimpismo moderno vemos atletas que expressam a diversidade humana. Quem não se lembra de Michael Jordan (Basquetebol), Mark Spitz (nadador americano de origem judaica), Carl Lewis (Atletismo), Nawal El Moutawakel (primeira campeã muçulmana, Atletismo), Wang Junxia (Atletismo), Nadia Comaneci (Ginástica), Ian Thorpe (Natação), Abebe Bikila ou, na mesma prova, de Emil Zatopek (Atletismo)? Nestes breves exemplos encontramos pessoas da Europa, de África, da América, da Ásia e da Oceânia. Ninguém se preocupou com a cor da pele, com a nacionalidade ou com a religião para os elevarem à dignidade própria dos Deuses do Olimpo. A condição necessária para adentrar no Olimpo é ser-se humano, sendo que esta condição não é ofuscada por qualquer outra.

Admitimos que ao longo dos últimos 120 anos tenham havido situações menos próprias nos Jogos Olímpicos, mas tentar atribuí-las à essência olímpica pode ser um exagero. Acresce ainda o facto de o Movimento Olímpico não existir fora da circunstância da sociedade, pelo que se impõe a necessidade de contextualizar os fenómenos à luz do tempo em que ocorrem.

Felizmente que o pensamento evolui no sentido de conferir mais dignidade ao ser humano, sendo nos dias de hoje totalmente inaceitáveis condutas que no passado poderiam ser justificadas por determinadas cosmovisões. Se se compreende que na Antiguidade só uma elite pudesse ser olímpica, atualmente tal posição ou uma qualquer análoga é inadmissível.

⁵ No YouTube encontramos um seu testemunho notável a este respeito.
Ver: <https://goo.gl/QRDXy1> (acedido a 26.06.2017).

Compreender não é sinónimo de concordar, mas de mapear a realidade de então à luz do pensamento hegemónico desse tempo, para depois intentar uma interpretação do fenómeno olímpico. Na Antiga Grécia a sociedade estava fortemente estratificada e só os gregos livres, cerca de 10 por cento da população, é que poderiam competir nas arenas olímpicas.

À luz do atual pensamento estamos perante processos discriminatórios, mas se lermos esta realidade pela ótica dos valores de então, somos levados a uma conclusão diferente embora afastada da nossa conceção de Pessoa. Esta impele-nos para uma outra visão do ser humano, onde nenhum tipo de discriminação pode subsistir. Mas, infelizmente, continuam a existir manifestações discriminatórias no desporto, dentro das quais destacamos o racismo e a xenofobia.

O racismo continua na ordem do dia do desporto, havendo campanhas internacionais contra este flagelo, principalmente, mas não em exclusivo, no mundo do futebol. Há imagens fortíssimas como aquelas em que se vê alguém a lançar uma banana para junto de Daniel Alves, que com toda a dignidade a descasca e a come⁶.

De uma forma geral são as pessoas com a pele mais escura as principais vítimas destes desmandos, embora possamos admitir a hipótese de que muitas dessas manifestações não são puramente racistas, mas com uma forte marca da rivalidade entre os clubes, dado que é muito raro vermos nas principais ligas futebolísticas da Europa equipas sem jogadores negros. É nossa crença que por detrás dessas atitudes imorais há a rivalidade por vezes exacerbada e não tanto um fenómeno refletido de racismo. Acaba por o ser, mas a raiz encontra-se na rivalidade clubística.

A par do racismo, coexistem no desporto contemporâneo manifestações de xenofobia, por vezes confundidas com racismo, e outras formas

6 Referimo-nos a um jogo entre o Villarreal e o Barcelona disputado em abril de 2014.

de discriminação. Porém, registre-se que o desporto é um tremendo exemplo pela positiva no que se refere a estes comportamentos disruptivos, uma vez que numa equipa notamos a presença de jogadores provenientes de várias regiões geográficas, com culturas e religiões diversas e, obviamente, com diferentes colorações de pele, formando todos eles um grupo unido, coeso e celebrado ou exaltado por multidões impressionantes.

O Olimpismo, como filosofia de vida que é, tal como está plasmado logo no início da Carta Olímpica nos seus princípios fundamentais, não pode discriminar quem quer que seja por razões mesquinhas. A não discriminação é também um dos seus princípios estruturantes.

Todavia, compreendemos que entre um princípio explanado na Carta Olímpica e o comportamento de quem assiste a uma competição, ou até a alguém que compete numa dada prova, pode ir uma distância considerável. De forma alguma se pode atribuir ao olimpismo a responsabilidade do erro individual. O desporto em geral e aquele que é praticado nos anfiteatros olímpicos rege-se por princípios éticos, o que não significa que todos, nomeadamente atletas, árbitros, dirigentes, treinadores, público, comunicação social entre outros sujeitos globais, ajam sempre de acordo com o desejado.

Se é possível intentar algumas críticas a determinado plano do Movimento Olímpico, quando analisamos os Jogos propriamente ditos verificamos que nesse campo o olimpismo é um exemplo a perseguir. Porém, nem sempre foi assim, especialmente nos primórdios dos Jogos Modernos, mas de maneira segura a diversidade humana foi-se concretizando nas competições olímpicas⁷. Se agora os *Deuses do Estádio* aclamados por todos podem ser pessoas diversas, num passado distante em termos olímpicos a situação não era exatamente a mesma. O racismo não é um

⁷ É natural que os Jogos Olímpicos de Inverno não patenteiem esta diversidade por razões óbvias. As condições ambientais para a prática da maioria dos desportos de inverno não são globais, nem se consegue estabelecer uma cultura desportiva para a práticas dessas modalidades com recurso a instalações artificiais.

fenômeno intrínseco do Movimento Olímpico, mas pode ocorrer nos seus Jogos.

Quando se quer exemplificar o racismo no olimpismo, que é um tema legítimo e sempre atual dado que esta triste manifestação também se renova, surgem de imediato ao pensamento os Jogos disputados sob a égide de Adolf Hitler, os Jogos Olímpicos de Berlim, ocorridos no ano de 1936.

Não é necessária uma grande perspicácia heurística para evidenciar inúmeros textos, desde filmes, livros a pequenos artigos de opinião, que atestam os desvios ao humanismo por parte do regime nazi durante os Jogos. Ainda recentemente, 2015, o filme intitulado *Jesse Owens* realizado por Stephen Hopkins, desvelou o outro lado dos Jogos de Berlim, patenteando condutas menos dignas por parte do regime hitleriano, ficando, no entanto, a dúvida se todos aqueles elementos são história e antropológicamente sustentáveis ou se há alguma deturpação para se passar ou para se manter alguma mensagem. Nem sempre as narrativas dominantes são coincidentes com os acontecimentos, havendo o perigo de se glorificar o indevido ou, ao invés, de se menosprezar o essencial.

Sem sombra de qualquer dúvida que os Jogos Olímpicos de 1936 são considerados por muitos como sendo os Jogos da infâmia e, por quase todos, como os Jogos da propaganda. Discriminação, falta de respeito em relação a alguns vencedores, exaltação do regime, de valores, de símbolos nazis e do seu líder, disciplina férrea e outros atributos nada agradáveis são utilizados para descrever os Jogos da XIª Olimpíada da Era Moderna. Provavelmente todas estas palavras são válidas para adjetivar o caráter subjacente a esses Jogos. Contudo, ninguém coloca em causa o poder organizativo dos alemães, nem a excelência dos resultados desportivos alcançados. Não custa aceitar que há um antes e um depois dos Jogos de 1936⁸.

8 Embora baseado na intuição, há quem considere que estes Jogos inauguraram a fundamentação científica do treino, apresentando como exemplo o alemão Rudolf Harbig. Este grande atleta faleceu em 1944 na Segunda Grande Guerra. Contudo, o seu recorde

Em torno destes Jogos Olímpicos contam-se várias histórias que demonstram a insensibilidade humana do regime nazi, embora nem sempre seja possível descortinar na espessa nuvem de fumo das narrativas a verdade factual⁹. O ódio racial atribuído a estes Jogos não é visível no documentário realizado pela cineasta do regime Leni Riefenstahl, intitulado *Olympia. Feste der Völker*¹⁰, mesmo sabendo-se da afinidade ideológica desta cineasta com o governo alemão¹¹.

Pelas imagens desta bela e inovadora produção cinematográfica não se percebe que haja qualquer posição racista – Jesse Owens não é hostilizado e a performance de atletas africanos é exaltada –, mas também podemos admitir a possibilidade do carácter propagandístico do filme, pelo que não interessava difundir o pensamento hegemónico do regime, que era discriminatório em relação a determinadas populações. As *Leis de Nuremberga*, que legalizaram muitas das teorias racistas, qual coluna vertebral do nazismo, foram instituídas em 1935, ou seja, um ano antes das competições.

Os ataques sistemáticos aos judeus, que se faziam sentir há já algum tempo, diminuíram de intensidade pouco antes dos Jogos, retomando em todo o seu dramatismo logo após a conclusão dos mesmos. Desta forma, qual metáfora, os Jogos foram um parêntesis na barbárie humana¹² que grassava na Alemanha desde 1933. A propaganda necessitava de um hiato na violência para que a *nova* Alemanha se mostrasse novamente ao mundo como nação digna.

mundial de 800 metros permaneceu até 1955.

9 A história mais famosa diz respeito a Jesse Owens, atleta norte-americano que venceu 4 medalhas de ouro. Curiosamente, foi Franklin Roosevelt, à época Presidente da República do seu país, que se “esqueceu” de lhe enviar um telegrama de felicitações e de o convidar para uma recepção na Casa Branca.

10 Nas futuras referências a este documentário intitularemos apenas de *Olympia*.

11 Ian Kershaw (2016, p. 549) aponta que a criatividade dos realizadores alemães foi colocada ao serviço do regime, o que motivou a emigração de muitos produtores, atores e realizadores, pelo que tem de haver o devido cuidado ao analisar o documentário de Leni Riefenstahl. Porém, a história de vida desta realizadora mostra-nos que não tinha qualquer problema em estar no meio de outros povos ou, como se dizia à época, de outras raças.

12 Para o capítulo “O povo e a raça” de *A minha luta* de Hitler apenas há uma palavra para o qualificar: terrível, (pp. 277 – 320).

Explicitamente, sem qualquer eufemismo ou jogo linguístico, Hitler defendia a criação de um Estado racista como nos é documentado pelo capítulo “A personalidade e a concepção racista¹³ do Estado” de *A minha luta*¹⁴. Esta construção ideológica foi apresentada ainda no decorrer dos anos 20, não sendo nenhuma surpresa a sua concretização posterior. Mais ainda, o judaísmo e o marxismo eram os principais alvos a abater¹⁵. A partir do momento da chegada ao poder, Hitler pôs em marcha o seu plano racista.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, pelo menos após as naturais incertezas dos primeiros tempos¹⁶, têm o condão de evidenciarem o tempo e o local da sua realização. O todo da ambiência sociocultural expressa-se na festa olímpica. Os Jogos pertencem ao tempo de sua realização, manifestando muitos dos valores do local onde são disputados. Estas evidências refletem-se, principalmente, nas cerimónias de abertura e de encerramento, para além de se mostrarem nas edificações associadas aos Jogos. Qual tautologia, podemos ser levados a pensar que os *Jogos foram (são) assim porque tinham (têm) de ser assim*.

O tempo político também se expressa nos Jogos. Aliás, tal *tempo* torna-se visível no momento do desejo de candidatura aos Jogos. As candidaturas resultam de decisões políticas, servindo para exaltar uma cidade, uma região, um país, um regime político, um modelo económico ou uma ideologia. A atribuição dos Jogos Olímpicos a uma cidade apenas faz parte do plano discursivo, sem qualquer possibilidade de concretização na atual realidade¹⁷. Fisicamente poderão situar-se numa cidade, mas simbólica, económica e financeiramente os Jogos ultrapassam, em muito, essa unidade territorial.

13 Embora a palavra alemã *Völkisch* tenha vários significados, o autor utiliza-a no sentido de racismo (ver nota de rodapé, na página 360).

14 Ver as páginas 417 a 425.

15 Aliás, Hitler referia-se de forma depreciativa a Karl Marx como judeu (p. 363).

16 Por vezes os Jogos Olímpicos decorriam ao mesmo tempo e integrados em Exposições Universais com a duração de largos meses, não se constituindo em acontecimentos autónomos e singulares.

17 A este respeito, consultar a *Carta Olímpica*, nomeadamente os Artigos 32 (2) e 33 (3), sobre a cidade que recebe os Jogos e as obrigações do governo desse país (pp. 71 – 75).

Não há na atualidade candidaturas aos Jogos sem um forte empenho dos governos nacionais. Os Jogos Olímpicos acabam por ser o rosto daquilo que um país quer mostrar ao mundo. São também atos de propaganda de um modo de vida que se quer dar a conhecer ou impor. A mediatização e patrocínio dos Jogos Olímpicos obrigam a determinadas opções discutíveis. Berlim não está só no aproveitamento propagandístico dos seus Jogos. Pode ter elevado esse benefício a uma escala até então nunca vista, mas posteriormente, de forma implícita ou explícita, a propaganda também teve e tem o seu lugar. Dificilmente poderá ser de outra forma!

Por vezes o tempo de realização dos Jogos não corresponde ao apogeu político-económico do país que os realiza. Pode acontecer que no momento da candidatura – ou mesmo da sua preparação – a importância do país seja uma e aquando da sua concretização essa relevância seja outra. Por exemplo, o Brasil candidatou-se à realização dos Jogos de 2016 quando se afirmava, pelo seu crescimento económico¹⁸, como uma potência emergente e realizou esses Jogos em plena crise económica¹⁹ e política²⁰, com um visível desgaste de algumas das suas mais simbólicas instituições.

Noutros casos pode suceder exatamente o contrário, onde a afirmação, positiva ou negativa, vai crescendo, atingindo o apogeu a *posteriori*. Nessas situações, os Jogos não revelam exatamente o estado e desejos do país, mas, de certa forma, moldam as pessoas para aquilo que se pretende fazer no futuro mais ou menos próximo.

Os Jogos Olímpicos de Berlim realizaram-se no ano de 1936, ou seja, três anos antes do início da Segunda Guerra Mundial. Nesse acontecimento exaltou-se o poder, a ordem e a idiosincrasia do povo alemão que

18 Em 2010, segundo dados oficiais, o crescimento da economia brasileira cifrou-se em 7,5%. Ver <https://goo.gl/mPhbX1> (acedido a 27.06.2017).

19 Em 2016 a economia sofreu uma forte retração, de 3,6%. Ver <https://goo.gl/9YweNE> (acedido no dia 27.06.2017).

20 Basta lembrar a destituição da Presidente Dilma Rousseff ocorrida pouco tempo antes da Abertura dos Jogos (12 de maio de 2016).

mais tarde se evidenciaram da pior forma. Mas, no ponto de vista estritamente competitivo os Jogos foram extraordinários. O ideal agónico esteve presente em todos os momentos olímpicos.

Assim, o propósito deste ensaio foi tentar analisar os Jogos Olímpicos de 1936 à luz dos condicionantes culturais da época, propondo uma leitura contextualizada às teorias hegemónicas de então e à constelação de circunstâncias daquele tempo, tentando evitar-se *presentismos históricos*.

O homem é um ser que o é num tempo e num lugar, pelo que as suas ações terão de ser julgadas em conformidade com esta premissa. Wittgenstein (1996, p. 126) alude à imperiosa necessidade de ver cada um no seu tempo e lugar, dizendo: *uma época interpreta falsamente a outra; e uma época mesquinha interpreta erradamente todas as outras à sua própria e sórdida maneira*. Agora, na segunda década do século XXI, conhecemos o futuro do passado, neste caso o futuro do ano de 1936, mas, convenhamos, nessa altura não se sabia aquilo que iria ocorrer fruto do desvario de um regime despótico.

MÉTODO

Para a realização deste trabalho tomamos o documentário *Olympia* como uma *narrativa visual* (Grawitz, 1993; Harper, 2000). Na atualidade, a Antropologia concede relevância ao documentário enquanto recurso de investigação e modo de conhecimento. Na verdade, como refere Santos (2007, p. 33), é também pela análise de modos não discursivos que chegamos às narrativas do mundo vivido. Mas ao contrário do que esperavam os antropólogos dos anos 60 e 70 do século passado, sabemos hoje que o documentário não supera a subjetividade das notas de campo que Geertz (2003), Clifford e Marcus (1991), entre outros, salientaram. No entanto, ele não deixa de se assumir como representação de uma realidade significativa (Santos, 2007, p. 19).

Sperber define representação como objecto físico ou mental que, para certos efeitos, é suposto substituir a coisa que representa (1992, p. 26). Assim sendo, é evidente que as representações só são possíveis com signos e pelos signos. São, pois, estes que possibilitam a interpretação e atribuição de significado à realidade representada.

O documentário *Olympia* constitui-se, então, como uma narrativa visual, pois foi realizado com recurso a signos linguísticos e não linguísticos que provêm de diferentes paradigmas e que são sintaticamente organizados no sentido de apresentarem ao interpretante uma determinada representação da realidade, neste caso concreto, os Jogos Olímpicos de 1936. Estes signos apresentam-se como elementos constitutivos de códigos que este deverá conhecer, pois só assim os poderá descodificar. Para isso, não é suficiente ter apenas em conta a dimensão denotativa dos signos que decorre da associação literal dos mesmos ao mundo material. É fundamental ter sobretudo em conta a significação conotativa, pois esta precede e influencia a denotação.

Esta é a ideia basilar da abordagem socio-semiótica proposta por Mark Gottdiener (1995). Centra-se, sobretudo, na significação conotativa, isto é, no significado que os signos adquirem em relação com outras

expressões dos contextos social, cultural e histórico e aos quais estão profundamente associados (idem, p. 26). É nestes contextos que os signos se organizam em códigos que se regem por regras e representações socio-simbólicas apreendidas pelas pessoas no decurso dos processos de socialização/enculturação e das experiências vividas.

Foi, pois, a abordagem socio-semiótica proposta por Gottdiener (1995) que norteou a interpretação do documentário *Olympia*. Para tal seguiu-se o modelo geral de análise de um filme proposto por Denzin (2009). O documentário foi visionado quatro vezes, com o apoio de uma especialista em cinema²¹, tendo esta pessoa elucidado os autores sobre os aspetos técnicos envolvidos na construção desta narrativa visual²².

Com o primeiro visionamento não se procurou ir mais além de um olhar de espectador comum. O segundo visionamento, tal como preconiza o primeiro passo do modelo referido, foi já orientado para a identificação dos principais temas realçados pela realizadora e que emergiram como códigos de significação a interpretar. No cumprimento do segundo e terceiro passos propostos pelo modelo de Denzin (2009) foram, então, registadas as cenas-chave e as sequências que permitem uma análise estruturada do documentário²³.

O código cultural e o código relativo ao arianismo que são possíveis identificar no documentário, legitimaram a construção do quadro teórico de referência e possibilitaram a escrita do ponto deste texto relativo ao «Contexto antropológico». O código nacionalista e o código político adstrito ao documentário são também identificáveis e a sua interpretação

21 Tivemos o apoio da Dra. Cíntia Gil, Diretora do DocLisboa, um dos mais importantes festivais no mundo do cinema do nosso país.

22 Levámos em devida consideração a circunstância de se tratar de um documentário com uma forte componente de “pós-produção”. O som, excetuando as palavras de Hitler a declarar abertos os Jogos, não é do ambiente, nem as manifestações nas arquibancadas correspondem ao momento, mas introduzidas a posteriori, pelo que uma maior aproximação fenomenológica ficou comprometida. A componente emocional diz respeito à realizadora e não à totalidade dos envolvidos, inclusive do público.

23 Recorreu-se, para tal, a uma grelha de análise idêntica à utilizada por Campêlo (2001) para observar e interpretar o filme *Acto de Primavera*, da autoria de Manoel de Oliveira).

permitiu, após um terceiro visionamento, a elaboração do ponto intitulado «Os Jogos Olímpicos de Berlim 1936». Após a escrita deste ponto o documentário foi visionado pela última vez, procurando-se assim, no seguimento do quarto passo referido por Denzin (2009), avançar para uma interpretação global do documentário analisado.

Importa referir que a interpretação deste documentário procurou respaldo na etnografia interpretativa proposta por Sperber (1992). Se é suposto – como foi referido – que uma representação substitua a coisa representada, é de esperar que a compreensão de uma representação seja, de certa forma, a compreensão do que é representado (idem, p. 26). Sabemos, porém, que as representações estabelecem um compromisso entre a objetividade e a subjetividade. Assim sendo, estamos perante uma interpretação e estas são passíveis de fornecer dados científicos desde que adequadas ao “objeto” que se pretende representar e tal só é verificável pelo recurso a um comentário descritivo, identificando este o objeto representado e o tipo de representação (idem, p. 27).

Para esta identificação do documentário sobre os Jogos Olímpicos de 1936 com a realidade sociopolítica da Alemanha à época dos Jogos, foi necessária a leitura do principal livro de Adolf Hitler, *A minha luta* [*Mein Kampf*], e o visionamento da produção cinematográfica intitulada *Triunfo da Vontade* [*Triumph des Willens*], que retrata o corpo humano preconizado pelo nazismo. A análise a estes três elementos constitui-se como a tarefa empírica do estudo que é apresentada de forma integrada.

Em virtude do objetivo do estudo, tornou-se necessário perceber a ascensão do ideal do arianismo e conceptualizar o racismo de acordo com os padrões culturais vigentes à época dos Jogos de 1936. Para tal, utilizaram-se obras tidas como referências antropológicas e escritos sobre a Alemanha de então. Destaca-se ainda o livro de Alfred Rosenberg *O mito do século XX* [*Der Mythos des 20 Jahrhunderts*] considerado como o documento teórico mais importante e filosoficamente mais robusto do nazismo. Aliás, para Wittman e Kinney, foram as ideias de Rosenberg que *legitimaram e racionalizaram o assassinio de milhões de pessoas* (2016, p. 8).

É de salientar ainda que a Alemanha, apesar de se encontrar em muitos aspetos isolada do resto da Europa em virtude do ostracismo a que foi sujeita desde a sua capitulação na Primeira Guerra Mundial, existia no seio de uma comunidade continental, pelo que foi necessário recorrer a uma obra de referência, a *História da Humanidade* editada sob os auspícios da UNESCO²⁴, para compreender o contexto internacional daquela época. Neste sentido, consultámos ainda autores que analisaram histórica e sociologicamente o período que antecedeu os Jogos Olímpicos, nomeadamente Ian Kershaw e Eric Hobsbawm²⁵.

É expectável que um estudo à produção científica relativa ao nazismo se traduza num enorme libelo acusatório a esse regime, estando atulhada de descrições constrangedoras face aos níveis de violência praticada em nome de uma conceção racista de nação. Porém, a nossa análise centrou-se nos anos que antecederam os Jogos, não adentrando no apogeu da crueldade que se verificou a partir de 1939, especialmente quando se decidiu extinguir um povo e algumas franjas sociais.

24 A edição portuguesa, que será chamada para este estudo, é da Editora Verbo.

25 Respetivamente: *À beira do abismo. A Europa 1914 – 1949 e Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. Embora esta segunda obra não seja diretamente citada, serviu para conhecermos melhor o ambiente sociopolítico dos anos que antecederam os Jogos Olímpicos de 1936, em especial a República de Weimar.

CONTEXTO ANTROPOLÓGICO

Para analisar os Jogos Olímpicos realizados na capital alemã em 1936 é necessário compreender o pensamento antropológico, especialmente aquele relativo ao conceito de “raça”²⁶, da altura. Lembramos que posteriormente à década de 30 do século passado, a genética contribuiu de sobremaneira para a erradicação deste conceito, instituindo a ideia que, no que respeita ao homem, a única “raça” existente é a humana. Todavia, a disseminação e aceitação deste significativo avanço de entendimento sobre o ser humano é bem posterior à época de realização dos Jogos Olímpicos de Berlim, pelo que se torna decisivo para a sua compreensão a presente contextualização antropológica.

Não é intenção dos autores contribuir para uma qualquer desculpabilização de acontecimentos ocorridos à época, até porque os desvarios nazis são anteriores à Segunda Guerra Mundial²⁷. Pretende-se apenas analisar um tempo e uns Jogos. *A banalidade do mal*, expressão empregue por Hannah Arendt (1999, p. 299), que completamos aludindo à *banalidade contagiante do mal*²⁸, já se fazia sentir no tempo de realização dos Jogos, embora sem os contornos dramáticos que mais tarde viria a ter²⁹.

26 O conceito de raça com a carga discriminatória que contém é relativamente recente na história da humanidade. Segundo Michael Banton (2015), remonta ao início do século XIX, embora encontremos em Clara Queiroz (1991) uma referência anterior, de 1775, data em que Johann Friedrich Blumembach considerava que *a espécie humana incluía cinco raças, distinguíveis pela cor da pele* (pp. 334 – 363). Anteriormente esta palavra não tinha o cunho depreciativo e relativo a categorias físicas diferentes.

27 *A denominada noite das facas longas* ocorreu no dia 30 de junho de 1934. Consistiu numa violenta depuração do Partido Nacional Socialista efetuada pela linha afeta a Hitler. A política antijudaica começou mal Hitler assumiu o poder, em 1933, contrariando a natural integração deste povo na Alemanha, especialmente a partir de 1920. Como é sabido, no dia 9 de novembro de 1938 aconteceu a denominada *noite de cristal* [*Kristallnacht*] que alguns autores consideram como o início do Holocausto. Mas, como se percebe, 1938 é dois anos depois dos Jogos de 1936.

28 Primo Levi (2015) é o autor da expressão *contágio do mal*.

29 Escreveu Peter Longerich (2016, p. 421) que *no inverno de 1939-1940, no entanto, nem Himmler nem os seus criminosos pensavam no homicídio em massa de judeus por meio de gás venenoso [...], não se falava de um aniquilamento sistemático da população judaica em campos de extermínio especiais*.

A utilização do conhecimento em geral e da ciência em particular serviu ao longo dos tempos para legitimar condutas de valor duvidoso. Através das diferentes épocas tal foi ocorrendo mesmo em culturas que consideramos exemplares.

Se recuarmos no tempo vemos o que se passou na Antiga Grécia ou no Império Romano com a classificação das pessoas. Numa breve síntese do trabalho de vários autores sobre esta época, José Manuel Sobral (2012) menciona o antissemitismo³⁰ demonstrado por palavras e atos. As representações sociais dos judeus apontavam que eram impuros, de mau odor e leprosos, pairando também sobre eles estigmas de carácter. Eram considerados sediciosos, astuciosos e lúbricos. O antissemitismo, para além de existir nos discursos, estava também presente nos atos. São mencionados motins e perseguições aos judeus, procurando os mesmos punir os seus sucessos económicos e crenças religiosas. Nada que não tivesse continuidade ao longo dos tempos.

A teoria aristotélica da escravidão natural estabeleceu uma diferença entre o escravo e o homem livre, sendo o corpo do primeiro capacitado para os trabalhos mais duros³¹. O ambiente, a hereditariedade de caracteres adquiridos e ainda a linhagem e cidadania grega constituíam também dimensões que configuravam, na perspetiva de José Manuel Sobral, um proto racismo.

A Idade Média, com os desatinos religiosos e perseguição aos judeus, e mais tarde, já num outro tempo histórico, com a escravatura para o Novo Mundo, persistiu uma vertigem racista à qual a contemporaneidade também não ficou imune, permanecendo ainda ideias de superioridade de *uns sobre outros*.

Mas voltando a Berlim 1936, importa considerar que a cultura vigente na época preconizava alguns princípios do conceito de humanismo

30 Para Ian Kershaw (2016, p. 40), «*antissemitismo*» era um termo novo para um fenómeno antigo e generalizado no continente: *o ódio aos judeus*.

31 Na sua *Política*, Aristóteles sinaliza que há cidadãos superiores e inferiores (p. 229).

evolutivo, como refere Yuval Noah Harari (2013, p. 278). Para este autor, o humanismo evolutivo preceitua:

a) *A «humanidade» é uma espécie mutável. Os seres humanos podem degenerar em sub-humanos ou evoluir para sobre-humanos*

b) *O mandamento supremo é proteger a humanidade da degeneração em sub-humanos e encorajar a sua evolução para sobre-humanos.*

Darwin, com a Teoria da Evolução, e Nietzsche, com a ideia de Super-Homem, de forma equivocada, estão presentes neste conceito aproveitado pelos nazis. Esta conceção de ser humano encaminhou a Alemanha para o abismo do nada!

Os conceitos de degeneração e de elevação não são novos, encontrando-se no passado, especialmente em Giovannio Pico della Mirandola (p. 57), na sua obra de referência escrita no século XV. Dizia este humanista que *as bestas, no momento em que nascem, trazem consigo do ventre materno (...) tudo aquilo que depois terão, enquanto o homem se poderá degenerar até aos seres que são bestas ou regenerar-se até às realidades superiores que são divinas*. Tem liberdade para tal, basta decidir³².

Porém, este nobre italiano referia-se à possibilidade de elevação ou de degeneração através de condutas morais e não propriamente no que concerne à “raça” humana, ou seja, ao homem enquanto entidade biológica³³.

O pensamento nazi não se fundava em preceitos morais³⁴ *per se*, mas

32 A Assistência Social era inexistente dado que apoiaria os estratos mais pobres da sociedade, o que contrariava o humanismo evolutivo, onde a “raça inferior” era para fazer desaparecer.

33 Note-se que Kant não ficou indiferente à questão da degradação, embora situando-a mais em condições ambientais. Goethe também abordou este assunto, mormente, pela positiva, aos arianos e, pela negativa, aos judeus.

34 Em rigor, queriam associar a determinada “raça” condutas morais.

em outras características, nomeadamente físicas e culturais. Há, na sua conceção, uma “raça” superior, a ariana, que tem a obrigação de afastar as restantes, correndo o risco, caso não o faça, de promover a sua própria destruição. Os judeus, ciganos, doentes mentais, prostitutas, homossexuais e os associas deveriam ser exterminados, nem se preconizando o simples encarceramento e reeducação, apenas a eliminação³⁵. A comunidade racialmente pura (*Volksgemeinschaft*) tinha de ser protegida das pessoas associas e/ou impuras.

A visão apresentada não tem a sua génese nos nazis, encontrando-se bem fundamentada no conhecimento antropológico então vigente. Paul Broca³⁶, fundador da *Sociedade Antropológica de Paris*, sustentava a ideia de *que o cruzamento de raças produz constantemente efeitos desastrosos* (In Banton, p. 66). Por seu turno, Gobineau³⁷, importante nome da Antropologia do século XIX, também receava a miscigenação do ser humano porque, para ele, poderia levá-lo à degeneração da “raça branca”, o que levou Knox³⁸ a alvitrar que cada raça viva dentro das suas fronteiras naturais.

A cultura de certa elite alemã aventava sobre a sua superioridade rácica. Himmler, famoso pela direção dos campos de concentração/extermínio durante a Segunda Guerra Mundial, tinha aderido, ainda nos anos 20, a um grupo masculino de Munique, denominado *Sociedade Thule*, que *debatia as raízes da supremacia ariana e a ameaça dos judeus* (Helm, 2015, p. 31).

35 Em maio de 1940 chegou a estar prevista a deportação em massa do povo judeu para Madagáscar, mas essa ideia foi abandonada. Inicialmente Hitler concordou com essa possibilidade “sinistra” (Longerich, 2016, p. 493). Porém, ainda segundo Longerich (p. 492), a ideia de deportar o povo judeu para Madagáscar não era original, sendo *bastante popular nos círculos antissemitas de diferentes países desde o final do século XIX*.

36 Viveu entre 1824 e 1880.

37 Joseph Arthur Gobineau viveu entre 1816 e 1882. A sua obra fundamental intitula-se *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*, um dos primeiros escritos consistentes sobre eugenia. No entanto, este autor não era antissemita, considerando que o povo alemão era uma mistura de outros, uma *raça mista*.

38 Viveu entre 1791 e 1862. A sua obra de referência tem o título *The races of men: a fragment*.

Esta forma de ver o homem não se ficava apenas no plano das ideias, traduzindo-se no plano legislativo, como foi o caso da *Lei da Prevenção da Prole com Doenças Hereditárias*, aprovada em julho de 1933, legalizando a esterilização em massa de determinados contingentes sociais (Helm, 2015, p. 29) (eugenia negativa)^{39,40,41} em especial aqueles já aludidos. Do extermínio de pessoas com doenças hereditárias até ao morticínio de grandes grupos, como da comunidade judaica, foi apenas necessário dar um pequeno passo. Tudo se processou a uma velocidade vertiginosa.

A educação formal, através do currículo nazi, *ensinava as crianças a desprezarem os judeus e a criticarem os marginais da sociedade* (Helm, 2015, p. 29). Igualmente, as histórias tradicionais contadas às crianças mostravam o judeu como alguém pérfido, criando desde a mais tenra idade uma discriminação em relação a este povo⁴². A ideia prevalecente era a busca da raça ariana perfeita, sendo proibidas relações entre membros da população judaica com indivíduos alemães. Um povo tinha de ser puro e forte, pelo que não era raro alguém ser detido e enviado para um campo de concentração por *infectar o sangue alemão* (idem, p. 69). Para Rosenberg, na Europa a questão judaica só estaria resolvida quando o último judeu tivesse deixado este continente (Wittmann e Kinney, 2016, p. 316).

39 Nos anos 20 do século passado, existiam leis de esterilização em 20 Estados dos EUA. Em 1924 havia fortes restrições à entrada nos EUA de determinadas populações, nomeadamente da Europa do Sul, porque *a mistura de raças implicava sérios riscos biológicos* (Clara Queiroz, 1991, p. 354). Estas políticas, tantos nos EUA como na Alemanha, estavam legitimadas por sociedades científicas, nomeadamente de teor antropológico (*Eugenics Record Office*, EUA, e *Instituto de Antropologia, Genética Humana e Eugenia Kaiser Wilhelm*, na Alemanha). A questão era política, mas pretensamente fundamentada no plano científico. Em 1926, em Uppsala, Suécia, foi fundado o *Instituto de Biologia Racial*, que defendia a eugenia para melhorar a raça, esterilizando doentes mentais.

40 Sir Francis Galton, sobrinho de Charles Darwin, escreveu em 1908 que o *objetivo primeiro da eugenia era limitar a taxa de natalidade dos «inaptos»* (Kershaw, 2016, p. 42).

41 Em 1934 também os Estados Escandinavos aprovaram leis que introduziram a esterilização obrigatória para determinados setores da sociedade.

42 Nas nossas infâncias fomos habituados à expressão “não façamos judiarias”, um apelo para não fazermos patifarias.

Não foi somente o povo judeu que era visto como perigoso para a perpetuação da pureza da “raça” ariana. Também o povo polaco foi considerado como uma ameaça para os alemães, registando-se muitas perseguições com consequências horrendas⁴³. Da mesma forma, não havia contemplações para as pessoas alemãs que aceitassem relacionamentos com os povos tidos como impuros. Se tal acontecesse, essas pessoas ficariam contaminadas e por isso teriam de ser severamente punidas. Himmler determinou que os polacos que se relacionassem intimamente com alemãs seriam imediatamente enforcados e elas internadas em campos de concentração (Longerich, 2016, p. 461).

Na história dos últimos 150 anos assistimos à discriminação e a atitudes nada complacentes com o povo judeu pelo Império Russo (finais do século XIX – princípios do século XX⁴⁴). Pelo seu significado, importa que nos debrucemos um pouco sobre a situação deste povo na Rússia. Os judeus estavam sujeitos a limitações muito severas por razões religiosas. É de realçar que todas as pessoas tinham de professar uma religião, sendo esse dado que constava nos documentos de identificação oficiais (Ionov e Tsumatali, 2007, p. 359). Saliente-se ainda que os judeus estavam sujeitos a quotas para frequentarem o ensino tutelado pelo governo, sendo exercido um rigoroso controlo sobre este povo.

Em França, embora já herdeira dos valores da sua Revolução, houve um grande controlo sobre o povo judeu mesmo nos finais do século XIX, havendo ainda notícias de discriminação no Império Otomano (nomeadamente entre 1870 e 1920), na Inglaterra, cuja discriminação se prolongou mais no tempo do que em outras minorias religiosas (Mathias e Pollard, 2007, p. 29) e na Itália já em pleno regime fascista (1938)⁴⁵.

43 Primo Levi (2015, p. 218) lembra uma frase atribuída a Eichmann: *ao ocupar a Polónia, a Alemanha entra em posse das «origens biológicas do judaísmo»*. Note-se que neste país havia cidades formadas com cerca de 50 por cento de população judia (Dilagowa, 2007, p. 357).

44 É esclarecedor um *slogan* desse tempo: *derrotem os Judeus e salvem a Rússia*.

45 Não custa relembrar que a hostilização dos judeus é bastante mais antiga. Basta recordar a Inquisição e a “história” dos Cristãos Novos. Curiosamente, Portugal que tinha

No final da Primeira Grande Guerra, em muitos países europeus, em especial no Leste, o judeu era visto como *inimigo do cristianismo, explorador capitalista, fugitivo do dever militar, fomentador da agitação interna, motor do bolchevismo* (Kershaw, 2016, p. 110). Este autor refere ainda um sociólogo russo que, em 1921, afirmou que os judeus são *odiados pelas pessoas independentemente da sua classe ou educação, cor política, raça ou idade* (p. 142). Na Ucrânia, na República Checa e na Hungria o sentimento antisemita estava muito arraigado, roçando mesmo um ódio sem limites.

Foi neste ambiente, com uma narrativa antissemítica espalhada por diversos quadrantes geográficos, políticos e culturais, que Hitler chegou ao poder em 1933⁴⁶.

As considerações discriminatórias dos nazis a partir de dados fornecidos pela ciência oficial não se limitavam, em exclusivo, às outras “raças”, mas também se dirigiam para as pessoas arianas. Neste tempo/cultura as mulheres, por via de um alegado cérebro mais pequeno em relação ao cérebro masculino, eram tidas como seres inferiores e por tal com uma missão menos importante na sociedade⁴⁷. A grande tarefa da mulher era a reprodução, sendo que o regime premiava aquelas que geravam quatro ou mais filhos, o que proporcionava o aumento dos genes arianos⁴⁸.

Josef Mengele, médico destacado para o campo de extermínio de Auschwitz, procurava com afã compreender a gestação de gémeos

sido protagonista nestes dois acontecimentos, teve uma atitude complacente, durante a Segunda Guerra Mundial, acolhendo muitos judeus, evitando que terminassem os seus dias nas sinistras câmaras de gás.

46 Convenhamos que a religião também deu um infeliz contributo para a acentuar a discriminação em relação ao povo judeu. Houve (há?) preconceitos religiosos difíceis de remover.

47 Para Hitler, a alemã só se tornava cidadã, salvo uma exceção, após o casamento. Até aí era uma súbdita (p. 414). Para Aristóteles (p. 187) as crianças eram cidadãos incompletos. Nada de novo aquilo que foi pensado nos anos 30 do século transato.

48 Importa frisar que o arianismo surge, como adiante abordaremos, como uma unidade linguística e não enquanto unidade biológica. Esta segunda unidade, defendida pelo regime nazi, é tardia.

para que assim a “raça” ariana pudesse povoar a Europa num menor lapso de tempo⁴⁹ (eugenia positiva)⁵⁰. O regime nazi pretendia controlar geneticamente a população europeia até à perfeição ariana, havendo para tal, entre outros, indicadores bioantropológicos⁵¹, o que aliás vinha de uma certa tradição antropológica, também desenvolvida em Portugal, por exemplo, por Mendes Correa nos anos 30 do século XX.

Convém realçar que não são os dados antropométricos que causam problemas, mas as suas leituras para fundamentar a hierarquização de pessoas por “raças”⁵². A partir destes dados estabeleceram-se características comportamentais, morais e culturais – extensão abusiva de indicadores fisionómicos – numa clara confusão entre hereditariedade, genética e herança cultural.

Contudo, esta conduta discriminatória não é exclusiva do pensamento nazi nem ocorreu apenas durante os anos em torno da Segunda Guerra Mundial. Infelizmente, o pensamento da superioridade da “raça branca” ainda não se esgotou por completo, embora, admitimos, seja cada vez mais periférica na sociedade contemporânea. Perduram alguns resquícios que teimam conservar-se em determinados países ou regiões. Tal não legitima o ocorrido nos anos 30/40 do século passado,

49 A este respeito seguimos o exposto por Gerald L. Posner e John Ware (2006). Também em Primo Levi (2015) há testemunhos sobre a ação Josef Mengele em busca da purificação genética ariana.

50 Para Hitler era claro que a expansão racial ariana deveria ocorrer apenas na Europa e não em territórios africanos (p. 143). Naquela altura supunha-se que o território/ambiente eram os grandes responsáveis pela inferioridade racial. Assim, a ocupação de países europeus seria a única forma de possibilitar a ascensão dos arianos. Di-lo logo a abrir o seu livro de referência: *quando o território do Reich contiver todos os alemães, se se verificar que ele é incapaz de alimentá-los, da necessidade deste povo nascerá o seu direito natural de adquirir terras estrangeiras* (p. 17). A “Solução Final” servia para limpar áreas necessárias para acomodar a expansão ariana. *O Espaço Vital [Lebensraum]* a isso obrigava.

51 Dá-se o nome de Antropossociologia a esta escola que se dedicou avidamente à diferença humana a partir de medidas da forma da cabeça e da coloração dos olhos e do cabelo. Na Alemanha, o nome máximo desta escola foi Otto Ammon (1842 – 1916).

52 Impõe-se realçar que nos inícios dos anos 30 já havia alguns dados da genética de populações que colocavam em causa antigas teorias racistas. Contudo, a força destes dados não era ainda suficiente para fazer desaparecer uma tradição antiquíssima ligada à história, à política e ao pensamento social. Lembremos que o estudo de Watson e Crick, decisivo para a compreensão do ADN, surgiu apenas em 1953.

mas dá-nos o contexto de uma época que está longe de ideais humanistas.

Segundo Laurence Rees (2005), o sentimento antissemita continua evidente nos dias de hoje, apresentando vários exemplos recolhidos em regiões que foram sujeitas à deportação deste povo para campos de concentração. O autor estranhou de sobremaneira esse sentimento! Discriminação e/ou preconceitos pretensamente raciais não se extinguiram em 1945. Continuam bem vivos, embora podendo tomar outras formas, por vezes subtis, sendo que por vezes o desporto também transporta consigo esses preconceitos raciais e xenófobos. A força de algumas convicções de antanho sobrepõe-se ao esperançoso humanismo que almejamos.

Note-se que em Portugal, país que há centenas de anos estabeleceu uma forte convivência com povos de tantas latitudes, só em 1962 [6 de setembro] é que todos os *portugueses passaram a ser iguais perante a lei política* [revogação do Estatuto dos Indígenas]. *Este acto implicou a publicação de um Código do Trabalho Rural, em 27 de Abril de 1962, que tratava todos os trabalhadores por igual sem distinção de etnia* (Moreira, 2008, p. 246). Foi o então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, o responsável pelo fim desta iniquidade. O ano de 1962 ocorreu 26 anos após os Jogos Olímpicos de Berlim e 17 anos depois da capitulação germânica! Para mais, estamos a falar do plano normativo, que pode não ser coincidente com o quotidiano da sociedade.

Na comunicação social hodierna é frequente vermos notícias sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres, tal como assistimos à criação de Ministérios para a Igualdade de Género ou com designações afins. Por detrás destas condutas estão profundas e injustificadas desigualdades sentidas pela mulher que, mesmo em pleno século XXI e em sociedades pretensamente avançadas, continuam a ser vítimas de uma evidente discriminação social. Curioso é saber-se que a mulher é a maioria populacional, o que evidencia que nem sempre a discriminação acontece em relação às minorias.

Mahatma Gandhi (1869 - 1948, assassinado), Martin Luther King (1929 - 1968, assassinado), Nelson Mandela (1918 - 2013, preso durante 27 anos), entre outros, mostram que nem tudo ficou resolvido com a emergência dos dados proporcionados pela genética. As representações sociais e culturais produzidas e disseminadas durante séculos resistiram à novel ciência, e nem a descodificação do ADN banuiu por completo do pensamento humano formas expressas ou latentes de racismo.

Queremos ressaltar que as manifestações de superioridade – e de ódio – entre povos contemporâneos não têm como razão única a coloração da pele, como foi o caso do genocídio do Ruanda, ocorrido no final do século XX, particularmente em 1994, uma vez que as diferenças entre os Tutsis e os Hútus não se manifestam nessa particularidade⁵³.

Entre estes povos poderão existir algumas diferenças no que toca a determinados aspetos físicos, como a altura, forma do nariz, lábios e queixo (Diamond, 2008, pp. 373 – 391) e da tez supostamente mais clara dos Tutsis, mas ambos os povos se inscrevem naquilo que a tradição denomina de pessoas negras. São povos que falam a mesma língua, frequentavam a mesma igreja, escola e bares, viviam em comunidade nas mesmas aldeias, casavam-se entre si e, em cerca de 25%, têm ascendência comum (idem). Há evidências de massacres de Hútus por outros Hútus em alguns locais do Ruanda, o que mostra a complexidade dos fenómenos associados ao racismo. Provavelmente a variável poder, seja político, territorial ou económico, deva fazer parte de um possível algoritmo explicativo do genocídio ruandês.

A discriminação exterioriza-se através de muitas formas, não tendo a cor da pele ou a origem cultural a exclusividade desse comportamento. Tentar entender a origem destas destruições não significa ser conivente com essas situações. Conhecer as razões profundas desses desvarios, pode ser o ponto de partida para evitar comportamentos análogos no futuro.

53 O filme *Hotel Rwanda*, estreado em 2004 e dirigido por Terry Georg, embora sendo ficção, mostra a extensão do horror vivido naquela altura.

Uma das razões possíveis para o paroxismo discriminatório alemão pode ser encontrada na gênese do arianismo. As diversas narrativas não são totalmente coincidentes em muitos dos seus aspetos, mas conduzem o pensamento de forma similar para o mesmo fim.

Como já indicíamos, por vezes o conhecimento científico é convocado para dar credibilidade e legitimidade a concepções mais ou menos obtusas para a afirmação do poder. O conhecimento das origens, verdadeira nostalgia, é disso exemplo. Não foi por acaso que o governo alemão fundou a *Herança Ancestral* [*Ahnenerb*] para buscar as tradições germânicas na perspectiva nazi⁵⁴. Era muito importante legitimar o regime de então a partir de dados fruto de investigações pretensamente científicas. A Itália de Mussolini, na mesma linha que os alemães, difundiu um *Manifesto dos Cientistas Raciais* que fundamentou a exclusão dos judeus da vida desse país (Wittman e Kinney, 2016, p. 221).

Não se pense que a exclusividade desta falsa fundamentação científica é contemporânea. Kershaw (2016, pp. 40 – 41) refere que na *parte final do século XIX, as formas perenes e frequentemente agressivas de ódios aos judeus foram revestidas de algo ainda pior: doutrinas sociais novas e potencialmente letais, que ofereceram uma justificação biológica pseudocientífica para o ódio e para as perseguições*, o que nos leva ao entendimento que a ciência foi abusivamente convocada para legitimar atrocidades.

“Há” provas científicas que os povos europeus são os mais avançados da História. “Há” provas científicas que os europeus e seus descendentes espalhados um pouco por todo o lado são superiores a todos os outros povos, pelo que é uma obrigação, quiçá divina, governar o mundo⁵⁵. “Há” provas científicas que os europeus conservam a pureza humana

54 Alfred Rosenberg, já referido como a principal referência filosófica do regime, também buscava uma legitimação histórica do *Reich* (ver Longerich, 2016, pp. 269 – 270).

55 Joseph Chamberlain, que foi no final do século XIX Secretário de Estado para as Colónias do governo inglês, acreditava que a raça inglesa era superior, a *maior raça governante* e que *será a força predominante da história futura e da civilização universal* (In Banton, 2015, p. 131). Hitler não está sozinho na sua concepção de superioridade racial.

da origem, quer no que diz respeito à fisionomia, cor da pele incluída, como à cultura. Quando se quer, “há” provas científicas que legitimam os nossos desejos e ambições, mesmo que sórdidos. O racismo é um exemplo tornado evidente por práticas desenvolvidas ao longo de centenas de anos.

Para a compreensão da importância do arianismo no ambiente cultural daquela década, apresentamos duas hipóteses. A primeira é denominada de *Sul* e a segunda de *Norte*.

Começemos pela primeira hipótese, uma herança proveniente da Índia.

Uma das principais características humanas é a linguagem. Mais do que comunicar, o homem fala, pelo que buscar na história a origem da linguagem humana é deveras tentador.

Encontrou-se no sânscrito essa possibilidade, dado que é uma das línguas mais antigas do mundo, surgida no espaço da atual Índia, tendo uma importância para a região como o grego e o latim têm para a cultura europeia, havendo mais documentos neste idioma do que na soma dos documentos em latim e grego antigos, sendo uma das mais antigas línguas da família indo-europeia.

Ora, os povos primordiais que falavam sânscrito eram o *Arya* e o *Airija* e assim, para os filólogos, o falante desta língua deveria chamar-se ariano (Harari, 2013, p. 358). Segundo Thapar e Rahman, *Arya* significa nobre (1997, p. 289). A este respeito, Gobineau também diz que *tudo que é grande, nobre e fértil nos trabalhos dos homens nestas terras emana da família ariana* (In Banton, p. 62). Os *Rig-Veda* aludem a este povo, pelo que situamos a origem lendária do arianismo há 4.000 anos⁵⁶, o que está de acordo com Thapar e Mughal quando analisam os povos do Vale do Indo (1997, p. 274). Com efeito, estes autores aventam que

56 Embora de leitura difícil para um ocidental pouco familiarizado com a cultura Hindu, os *Rig-Vedas* encontram-se disponíveis em língua portuguesa. São dos textos religiosos mais antigos de que há conhecimento.

a possível data para as incursões arianas na Índia é a de 1500 a.C. Concordamos que origem e incursão não são a mesma coisa, mas as referências mítica e histórico-arqueológica coincidem em muito dos seus aspetos.

Os arianos, do sânscrito *arianan*, são povos de pele branca, provavelmente originários do Sul da Ásia⁵⁷, considerados descendentes diretos de um dos filhos de Noé, Jafeth. Eram pessoas dotadas de estatura elevada, com cabelos e olhos tendencialmente claros. Os arianos não foram apenas considerados enquanto grupo cultural ou linguístico, mas dotados de uma individualidade biológica, pretensamente uma “raça” superior em relação às demais existentes. Há ainda quem lhes atribua o dom da extrema racionalidade, compondo desta forma um povo competente e em vias de ascender ao estatuto de verdadeiro super-homem⁵⁸.

Conhecedores dos mistérios da agricultura, por sucessivas migrações aportaram na Europa, conservando uma identidade que se traduz em traços fisionómicos e em múltiplas tradições. Segundo uma determinada histografia de natureza racista, os arianos que ficaram na região de origem, por múltiplos cruzamentos, perderam as características físicas e racionais que os identificavam, degenerando-se irremediavelmente. Nessa narrativa ariana, na Europa esse povo não se misturou com os demais, pelo que os seus descendentes mantiveram a alegada pureza racial.

Himmler, de forma sistemática, instigou os seus investigadores a confirmar *a existência de um Grande Reich Germânico perdido e*

57 É de referir que terão havido expedições alemãs ao Tibete onde se supunha ser o berço do povo ariano, um autêntico santuário para o ideário nazi. J. P. Mallory situa a origem do povo ariano na Ásia Ocidental (1997, p. 89). Porém, Umberto Eco (2015, p. 383) coloca estas expedições no campo do boato.

58 Lemos em *Bhagavad-Gita Como Ele É*, de Sua Santidade Divina Graça A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada (1995, p. 715) algumas referências ao povo ariano, sendo que numa delas está escrito *que são conhecidos como os povos civilizados mais avançados*.

culturalmente proeminente (Longerich, 2016, p. 273)⁵⁹, o que não conseguiu⁶⁰.

Esta ilustração da génese do ariano, marcada pelo estigma racista, persistiu através dos tempos, chegando à atualidade com algumas subtilezas retóricas que por vezes se expressam na religião ou na diversidade cultural. Infelizmente, em muitos casos, no essencial esta visão persiste. No fim de contas, o arianismo constitui-se numa unidade linguística que quiseram que se assumisse enquanto unidade biológica com determinadas características morais. Triste confusão!

Analisemos agora a *hipótese do Norte*.

Já aludimos à filiação de Himmler à *Sociedade Thule*. *Thule* provém de escritores da Antiga Grécia referindo-se a um território situado algures no Atlântico Norte, terra de fogo e de gelo, onde o sol nunca se punha⁶¹. O mito referente a este pedaço de terra atravessou a Idade Média, chegando aos nossos dias enquanto devaneio poético.

Continuando esta incursão pelo *Thule*, este mito funde-se com a narrativa de Hiperbórea e do seu povo, os hiperbóreos [literalmente *aqueles que vivem além dos Bóreas* (Eco, 2015, p. 224), ou seja do vento do Norte]⁶². Maria Helena da Rocha Pereira também menciona este *povo*

59 Elementos do *Departamento Central da Raça e Colonização [Rasse - und Siedlungshauptamt]* realizaram várias expedições ao Tibete a fim de comprovar a hipótese que os seus habitantes tinham elementos arianos (Longerich, 2016, p. 276). Nada conseguiram!.

60 Himmler, inclusive, lançou a hipótese que o povo ariano primordial que habitou o Tibete nada mais era do que a elite da Atlântida que lá se tinha refugiado aquando da catástrofe que afundou esta civilização (Longerich, 2016, p. 276), residindo aí as raízes da nobreza europeia, asiática e outras. Os Samurais japoneses, tanto do agrado dos nazis, eram seus parentes distantes. Realmente a imaginação não teve limites para tentar demonstrar a superioridade ariana.

61 Há quem veja na Islândia esta terra.

62 O nosso sempiterno Camões, nos *Lusíadas* (III, 8), canta: *Lá onde mais debaixo do Pólo / Os Montes hiperbóreos aparecem / E aqueles onde sempre sopra Éolo / E co'o nome dos sopros se enobrecem; / Aqui tão pouca força têm de Apolo / Os raios que no mundo resplandecem, / Que a neve está contínuo pelos montes, / Gelado o mar, geladas sempre fontes* (p. 105).

mítico, referido por Hesíodo, Píndaro e Pausânias⁶³, considerando-o uma das utopias da Antiguidade. Era um povo que se tinha libertado da morte, igualando-se neste domínio aos deuses.

Pouco a pouco, embora sem confirmação nos documentos mais antigos, começou-se a atribuir à Hiperbórea, situando-se lá onde for, o local da génese da “raça eleita” e da língua primordial.

Assim, o berço da civilização seria o Norte e de lá as raças-mãe ter-se-iam espalhado em direcção ao Sul – segundo alguns autores, degenerando-se no processo. Vem daí a crença numa origem hiperbórea da raça ariana, a única a permanecer incorrupta (Eco, 2015, p. 225). Hiperbóreos e arianismo fundem-se nesta hipótese [do Norte]⁶⁴.

O povo alemão, em determinado ponto da sua trajetória, julgou-se o herdeiro e continuador destes povos primordiais e de uma cultura a que, pretensamente, tinham dado origem, a grega⁶⁵. Se o arianismo representava o ideal físico, a Antiga Grécia revelava o ideal cultural⁶⁶. Num registo mais poético, encontramos em Teixeira de Pascoaes uma referência ao *Ária que criou a civilização greco-romana, o culto plástico da forma, a beleza concebida dentro da Realidade próxima e tangível* (1993, p. 56).

Os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 foram, então, a representação da síntese desses dois paradigmas humanos. Tentaram expressar

63 Maria Helena da Rocha Pereira (2000, pp. 1060 – 1061). Os autores gregos referidos viveram respetivamente nos séculos VIII/VII a.C., VI/V a.C. e no século II da nossa Era.

64 O mito do arianismo tem inúmeros desenvolvimentos, não sendo tão linear como se poderá pensar. O local, a língua, a astronomia, a biologia, entre muitos outros aspetos, encontram na mitologia um fértil campo para a compreensão da ideia da superioridade germânica. Não foi o nazismo que criou estas narrativas arianas. Aproveitou-se delas, corrompendo-as, para difundir um pensamento e para justificar uma prática aterradora.

65 Era deveras importante “arianizar” o povo grego uma vez que a Grécia é considerada o berço da cultura ocidental. Este processo, tardio, decorreu fundamentalmente no século XX.

66 Tanto a mitologia associada aos hiperbóreos, do Norte da Europa, como aos arianos, do subcontinente indiano, “explicam” as suas relações com a Grécia, tentando mostrar que a cultura deste país é uma herança deixada pelos seus ancestrais.

o clássico conceito de *Kalokagathia* que preconiza o belo e o bom, onde a beleza física e a conduta ética se conjugam⁶⁷.

O ariano, com a sua beleza corporal, e o grego, com o seu elevado padrão cultural e moral, fundiram-se no Estádio Olímpico de Berlim! Que bela história nos quiseram contar em 1936. Talvez a mitologia desportiva moderna tenha a sua génese nestes Jogos Olímpicos. Embora exista um ou outro desportista famoso anterior a 1936, o primeiro grande herói desportivo mitificado pelas suas proezas olímpicas foi Jesse Owens, que alcançou esse elevado estatuto nos Jogos de Berlim.

As encenações nazis, visíveis na valiosa obra cinematográfica de Leni Riefenstahl, mostram o valor que a ideologia alemã atribuía ao corpo musculado e próximo daquele que, no imaginário, pertencia à “raça” ariana⁶⁸. A força é a beleza ou, com igual valor, a beleza é a força, poderiam ser os motes dos Jogos Olímpicos de 1936. A exaltação da força expressa numa estética que ainda hoje é admirável, foi amplamente divulgada pelos germânicos⁶⁹.

Os alemães, tal como está evidenciado no documentário *Olympia*, não foram apenas buscar a chama olímpica à Grécia⁷⁰, mas também os seus corpos tonificados pelo treino e tornados incorruptos pelo mármore. O homem novo, idealizado pelo nazismo, tinha de ser rijo, vigoroso e musculado, para além de possuir virtudes de índole nacionalista. A aparência física tornou-se num importante instrumento ideológico (Hitler, pp. 249 a 253). Para Hitler, o desporto era um território para que a “raça” ariana demonstrasse que era o povo mais forte, levando assim para o campo do estritamente humano aquilo que foi desenvolvido

67 Ver Aristóteles, *Política*, nomeadamente a página 95 e a nota 40 da página 598.

68 Para além de *Olympia*, é de realçar outra produção da mesma realizadora, de 1935, intitulada *Triunfo da Vontade [Triumph des Willens]* que retrata o corpo humano preconizado pelo nazismo.

69 O cartaz olímpico destes Jogos coloca em fundo um musculado torso masculino e em primeiro plano figuras das partes dianteiras de cavalos, símbolo de força e de harmonia estética.

70 Deve-se ao genial Carl Diem esta ideia.

por Darwin em relação aos animais⁷¹.

O corpo foi, portanto, um locus de prossecução de tal objetivo. A institucionalização da Educação Física e o desenvolvimento de programas de recreação corporal e do desporto sob apertado controlo do Estado foram uma clara opção política por parte de Hitler. É certo que a Alemanha, como lembrou Barbara Keys (2009), dispunha, desde 1811, de um sistema de ginástica, o que não deixava de conferir ao país uma longa tradição na prática do exercício físico. No entanto, a aposta hitleriana num corpo construído e disciplinado pela Educação Física e pelo desporto, ao qual correspondia também uma linguagem corporal, veiculava uma mensagem política.

A este respeito, Keys destacou ainda o lugar que o desporto assumiu nesta política hitleriana como forma de uniformização e conformidade. Não deixou também de citar o célebre livro *A minha luta* para destacar a maior importância dada por Hitler aos corpos saudáveis, relegando as habilidades mentais para um plano secundário. Relativamente a Hitler, Keys (2009) afirmou mesmo que *o seu intenso anti-intelectualismo, sua crença de que a qualidade essencial da vida era a luta e o seu profundo racismo eram elementos de uma visão do mundo que colocou uma ênfase extraordinária em corpos humanos* (p. 401, nossa tradução). Estes corpos constituíram-se, como destacou Vigarello (2013, p. 333), em códigos de aperfeiçoamento e de progresso de um homem novo e de uma nação que se pretendia unida pela força do sangue.

A narrativa corporal presente no documentário *Olympia* espelha com exatidão a importância atribuída ao desporto, em especial na sua dimensão de poder – ser forte e saudável – defendida pelo regime. Lembra Maria Helena da Rocha Pereira⁷² que foi o desporto um dos motores

71 É visível uma confusão entre ser o mais forte e o mais apto. Hitler interpreta Darwin considerando que é o mais forte que sobrevive, quando na realidade o sentido da evolução é a sobrevivência do mais apto (ver, p.e., a página 241. Ver, também, Rees, 2005, p. 35). Aliás, há um capítulo em *A minha luta* dedicado exatamente à exaltação do mais forte (“O forte é mais forte quando fica só”, pp. 481 – 489).

72 Diz esta prestigiada autora, recentemente desaparecida: (...) *basta lembrar que o grande*

do desenvolvimento da estatuária do nu na Antiga Grécia. *Olympia* traz essa dimensão para o século XX. O corpo desnudado tem uma forte presença na estética nazi, um corpo forte porque *nesta época (...) é o punho que decide e não o espírito*⁷³. Como está longe este pensamento daqueles outros preconizados por grandes filósofos alemães!

O darwinismo social, aparecido nos longínquos anos 70 do século XIX e que de certa forma legitimava o racismo e a eugenia, teve no nazismo um fértil campo para se desenvolver⁷⁴.

Com toda a certeza que não foi o pensamento germânico que preconizou primariamente esta ideologização do corpo, mas foi sem dúvida a sociedade onde tal se fez sentir com maior premência⁷⁵. Também a militarização que grassava no país exigia corpos fortes e saudáveis. Acresce-se ainda o facto de a mulher alemã ser entendida como um ser reprodutor, o que também pressupunha uma determinada robustez física⁷⁶.

Não foi somente a Alemanha nazi que buscou legitimação racial com o povo ariano. Os ingleses, embora por razões diversas, também intentaram um exercício legitimador similar ao dos germânicos, embora mais para continuar a exercer o poder nos seus territórios longínquos, em especial na Índia. Os ingleses, ao reivindicarem a sua herança ariana e assim estabelecer “cientificamente” uma superioridade, validavam o poder que detinham e negavam a igualdade aos indianos não arianos. A casta indiana superior, que se cria descendente dos arianos primevos,

número dos atletas vencedores em Olímpia era consagrada uma estátua. Dele deriva o desenvolvimento do nu (1988, p. 559).

73 *A minha luta*, p. 249.

74 Em rigor não parece que tenha sido o darwinismo social o motor do racismo alemão, uma vez que esta teoria preconiza a mutabilidade, enquanto o nazismo pressupunha a ideia de permanência, mais de acordo com o racialismo científico do século XIX. A este propósito consultar Francisco Bethencourt (2015, nomeadamente o Capítulo 16).

75 A este respeito consultar *História do corpo* (6 volumes) dirigida por Corbin, Courtine e Vigarello).

76 Hitler formula uma pergunta retórica onde de alguma forma insinua que um casal sem filhos é o mesmo que prostituição (p. 248).

não se constituía apenas como uma unidade fisionómica ou social, mas, acima de tudo, moral. Ingleses e Hindus, com uma origem comum no povo ariano, podiam unir-se e assumir o controlo do imenso país que é a Índia.

Este arianismo era uma visão fantasiosa do mundo, pautado por uma realidade racista que o nazismo, sem escrúpulos, elevou a um nível sem precedentes.

O que de pior teve o racismo alemão talvez fosse o resumo de vários séculos de preconceitos, discriminações e de segregação entre os homens. Infelizmente elevou esses preconceitos a uma escala nunca vista, chegando mesmo Hitler a afirmar no dia 30 de janeiro de 1939 que era *bom que o terror de que erradicaremos o judaísmo nos preceda* (Longerich, 2016, p. 532). Infelizmente conseguiu concretizar este desejo!

OS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM 1936

É difícil ficar indiferente aos Jogos Olímpicos realizados sob os auspícios do regime nazi. Compreensivelmente, somos levados à pura rejeição – em alguns casos, felizmente escassos, à adulação – de tudo aquilo que emergiu deste regime que mais tarde levou por diante crimes terríveis contra a humanidade. Falar de nomes ou temas associados ao nazismo é remetermos o pensamento para um tempo que se quer esquecer. Porém, os Jogos Olímpicos aconteceram nessa Alemanha e nesse regime, sendo desejo de Hitler que depois dos Jogos seguintes, a disputar em Tóquio, regressassem para sempre à Alemanha, a Nuremberga, cidade que iria erguer um estádio para o efeito, capaz de albergar 400.000 espectadores⁷⁷ que seria construído por Albert Speer, arquiteto do regime. Esse estádio seria edificado com um traço que simbolizava as antigas culturas grega e romana, porque estas civilizações tinham construído estruturas que continuavam erguidas, desejando Hitler que o *seu* estádio também perdurasse durante séculos, desafiando o tempo humano.

Todavia importa recordar que a atribuição dos Jogos Olímpicos a Berlim ocorreu em 1931⁷⁸, em plena República Weimar⁷⁹, um regime tendencialmente democrático, e não à Alemanha nazi que vigorou a partir de 1933. A Alemanha de Hitler aproveitou até ao limite a possibilidade propagandística proporcionada pelos Jogos Olímpicos, tendo disponibilizado recursos financeiros impressionantes para a sua realização.

A organização dos Jogos ultrapassou a lógica desportiva, assumindo-se

77 Apenas como elemento de comparação, a maior assistência registada num jogo de futebol ocorreu, segundo dados da FIFA, em 16 de julho de 1950, na final do Campeonato do Mundo, em que quase 200.000 pessoas foram ao Maracanã. Lembre-se que naquela altura havia muitos setores dos estádios onde os jogos eram assistidos de pé.

78 Foi no Congresso Olímpico realizado em Barcelona que tal decisão foi tomada.

79 Este nome é motivado pelo facto da sua Constituição ter sido aprovada na cidade de Weimar, na Turíngia, a 11 de agosto de 1919. Vigorou até 1933, data da ascensão do Partido Nazi ao poder.

como um autêntico festival de exaltação do povo teutónico, da sua alegada superioridade em relação aos demais, na linha dos impressionantes comícios de Nuremberga. Pelo desporto, Hitler queria ultrapassar a humilhação resultante da derrota na Primeira Grande Guerra em que a Alemanha foi remetida ao esquecimento, totalmente afastada do cenário internacional.

Note-se que a Alemanha derrotada não foi invadida por tropas estrangeiras nem sofreu grandes danos nas suas infraestruturas essenciais. O armistício, face a estas invulgaridades, foi mal digerido pelo povo alemão que não conhecia pormenores da derrota dos seus exércitos nos campos de batalha europeus. Pior do que uma derrota militar foi o golpe infligido ao prestígio e ao orgulho de um povo. O próprio mapa da Alemanha foi na altura retalhado e distribuído por outros países.

Com a realização grandiosa dos seus Jogos Olímpicos, a Alemanha procurou então apresentar-se ao mundo com uma nova imagem de país forte e unido, mas pacífico e tolerante. Por exemplo, os homossexuais estrangeiros não foram sujeitos a penalidades por aquilo que era então classificado como crime. Mais ainda, como nos assevera Peter Longerich, *as investigações exaustivas levaram a uma onda de julgamentos que durou até ao verão de 1937, brevemente interrompida pelos Jogos Olímpicos de verão de 1936* (2016, p. 220, nosso realce). Mas o crescente militarismo e o racismo foram apenas estrategicamente mascarados e escondidos. No âmbito do desporto, e já antes dos jogos, judeus e ciganos foram progressivamente excluídos das associações desportivas alemãs. Foram ainda presos cerca de 800 ciganos, evitando-se assim que estes fossem vistos pelos estrangeiros presentes nos Jogos Olímpicos⁸⁰. A Trégua Olímpica foi uma ilusão.

Pelo hiato temporal entre a candidatura alemã e a realização dos Jogos ocorreu a ascensão de Hitler e uma evidente alteração do paradigma do regime. Os Jogos, sem máscaras, evidenciaram essa mutação,

⁸⁰ Seguimos o exposto em *The nazi Olympics Berlin 1936*. In *Holocaust Encyclopedia*. Acessível em <https://goo.gl/5YrY2k>

exaltando uma pretensa raça, um regime político e uma figura individual. *Olympia* enfatiza a imagem do ditador, as constantes saudações a essa figura, em clara violação do espírito da Carta Olímpica que não atribui qualquer relevância, para além da protocolar, ao Chefe de Estado do país da cidade organizadora dos Jogos.

A candidatura alemã não foi pensada para aquilo que depois veio a acontecer. A alteração do propósito aconteceu após a atribuição da responsabilidade organizativa a Berlim dos Jogos pelo Comité Olímpico Internacional. Houve vozes, especialmente nos Estados Unidos, no sentido de retirar a organização à Alemanha, mas sem grandes repercussões. Aliás, em *Olympia* é visível o enorme respeito no desfile das nações participantes perante o ditador, inclusivamente com muitas delegações a saudarem Hitler com o braço estendido, à maneira nazi.

Se no plano desportivo os alemães mostraram a sua superioridade em relação aos outros países⁸¹, também no que tange à organização houve a busca da excelência. Segundo os relatos da época, foram os Jogos melhor organizados. Foram bem promovidos e a hospitalidade foi também muito elogiada. O jornal americano *New York Times* referiu mesmo que a Alemanha regressava assim à Comunidade das Nações, sendo novamente *Humana*⁸².

Os Jogos de Berlim tiveram novidades apreciáveis. A primeira, que perdura até hoje, foi o percurso pedestre da chama olímpica da Grécia até Berlim. Se bem que o ritual da pira olímpica tivesse surgido oito anos antes, 1928 em Amesterdão, o seu acendimento e transporte das ruínas do Templo de Hera, em Olímpia, até ao local dos Jogos foi uma invenção alemã⁸³.

81 A Alemanha foi o país que conquistou mais medalhas olímpicas, em particular de ouro. Não esquecer que esta vitória olímpica foi o primeiro grande êxito alemão depois da, para eles, aviltante derrota nos campos da Primeira Grande Guerra Mundial. Pode, então, compreender-se melhor o sentimento de orgulho nacionalista revelado pelo documentário de Leni Riefenstahl.

82 In *The nazi Olympics Berlim 1936*. In *Holocaust Encyclopedia*. Acessível em <https://goo.gl/NtZQHi>

83 Na autêntica *liturgia nazi* era comum haver desfiles com tochas acesas, como um que ocorreu logo após a vitória do Partido nazi, junto da residência oficial de Hitler, com milhares de pessoas portando fogo para saudar o vencedor. Noutras cerimónias, em especial nos

Desta forma, o poder nazi quis ligar a antiquíssima tradição do fogo sagrado, dedicado a Zeus, aos seus Jogos, mostrando a intrínseca relação da Alemanha à mais resplandecente cultura do passado ocidental⁸⁴. Olímpia, e com ela a mitologia grega, estava em Berlim, legitimando assim um espetáculo com alguns contornos duvidosos⁸⁵.

Unir a Grécia à Alemanha através do olimpismo era fundamental para se continuar com a exaltação do corpo vigoroso, defendido acerrimamente pelo próprio Hitler. O *Discóbolo de Míron* tinha de ser o modelo corporal a seguir. Se a ideia hitleriana foi de construir um império para mil anos, então o arquétipo do *Discóbolo* era perfeito. Embora sem a certeza absoluta, esta famosa estátua, se bem que mais tarde substituída pela atual, foi esculpida em 455 a.C., fazendo perdurar até hoje a beleza do movimento do lançador de disco. Harmonia, movimento e força interligam-se na estátua que resiste ao passar do tempo, tornando-se intemporal, tal como era o desejo de Hitler para o seu império e para os seus Jogos.

Em consonância, os Jogos consagravam a perfeição corporal – a “raça pura” – de que os alemães reivindicavam da herança ariana, e a superioridade cultural do antigo povo grego, igualmente reclamada pelos germânicos. Leni Riefenstahl imortalizou no início do filme essa ligação. É da imagem da antiga estátua que sai em movimento o moderno discóbolo, obviamente que com traços fisionômicos habitualmente atribuídos ao povo ariano, deixando de ser uma imóvel estátua grega para ser um símbolo dinâmico da cultura ariana.

Esta síntese entre a biologia e a cultura, sem dúvida que atraente face

comícios em Nuremberga, eram também frequentes dramatizações com o fogo. O efeito cénico era surpreendente.

84 Na bibliografia consultada há várias referências à íntima relação do povo ariano primordial com o fogo.

85 É de lembrar que pouco tempo antes da realização dos Jogos, o regime nazi proibiu a realização de festivais desportivos de judeus, tendo ainda levantado muitos problemas à presença de pessoas com ascendência judia nos órgãos de direção do Comité Olímpico Alemão. Oficialmente, aquando dos Jogos, os nazis quiseram mostrar outra atitude perante os judeus, mas na prática já hostilizavam severamente este povo.

aos desígnios de então, tinha o importante suporte de um famoso antropólogo inglês, Houston Stewart Chamberlain, que viveu entre 1855 e 1927.

Este autor reconhecia que as grandes raças eram fruto de misturas entre povos, considerando que na Alemanha pontificava a raça germano-helénica, sendo o judeu a raça mais impura, bastarda. Tal estava inscrito no sangue⁸⁶, sendo obrigação dos germânicos dominar o mundo. Chamberlain encontrou-se com Hitler, que esteve no seu funeral, utilizando o ditador algumas das suas ideias no seu livro de referência, embora nunca o citando diretamente.

A Alemanha e a Grécia tiveram outro ponto de encontro nos Jogos Olímpicos de 1936. A “superioridade” racial e cultural germano-helénica fez-se presente no Estádio Olímpico! O discurso inaugural do Presidente do Comité Olímpico Alemão, Theodor Lewald, enalteceu o momento de acendimento da pira olímpica, recordando a união espiritual dos alemães com os antepassados gregos, *fundados há quase 4000 anos, por emigrantes nórdicos*^{87,88}. Teixeira de Pascoaes *está bem presente* nesta frase.

Como já apontámos, a nível internacional houve algumas movimentações no sentido de retirarem a Berlim a realização dos Jogos de 1936. As razões invocadas estavam à vista, mas esses pedidos não foram ouvidos, até porque parece que naquele tempo a Europa não tinha qualquer receio da Alemanha, temendo mais a União Soviética de Estaline. O futuro veio a mostrar o inverso.

Outra importante novidade foi a transmissão televisiva dos Jogos, embora

86 Hoje diríamos que está inscrito nos genes ou no ADN. Teixeira de Pascoaes emprega a palavra sangue com o significado de herança (p. 55).

87 Esta referência é retirada do livro de José Esteves (1999, pp. 99 – 100). *A hipótese do Norte*, do mito hiperbóreo, está presente neste fragmento do discurso.

88 É de realçar que Hitler considerava como cultura ideal aquela *impregnada de espírito helénico e de técnica germânica, considerando o ariano como o Prometeu da Humanidade* (p. 283).

confinada a cinemas da cidade de Berlim. Atualmente é impensável existir um grande acontecimento desportivo sem a presença maciça da televisão, mas para a História fica registado que a primeira transmissão ao vivo aconteceu em Berlim. Por outro lado, são os primeiros Jogos Olímpicos a ficarem imortalizados pelo cinema através do documentário *Olympia*. A televisão desse tempo não era a fábrica de poder em que se tornou a partir dos anos 50, mas o propósito estava estabelecido.

Mais do que um filme sobre modalidades desportivas, *Olympia* assume-se como um retrato de uma época, podendo ser analisado por diversas óticas⁸⁹.

Os Jogos Olímpicos têm sido palco de disputas nacionalistas e de interesses afins. Sem exatidão, podemos lembrar os acontecimentos, totalmente imprevisíveis aquando das respetivas candidaturas, de 1968 (México, poder negro), 1972 (Munique, atentado terrorista), 1976 (Montreal, boicote de nações africanas), 1980 (Moscou, boicote de países ocidentais) e 1984 (Los Angeles, boicote de países socialistas). Por outro lado, conquanto não tenha alicerce na Carta Olímpica, a contabilidade das medalhas por países é uma constante da comunicação social, levando à ideia que os Jogos Olímpicos são competições entre países e não entre atletas. Inclusive, existem presunções – não podemos chamar-lhes hipóteses, muito menos teorias – sobre índices de desenvolvimento, nomeadamente humano e económico, dos diversos países a partir da análise contabilística de medalhas conquistadas nos Jogos.

É difícil escapar a leituras mais amplas das conquistas olímpicas, pelo que o ambiente de 1936 favoreceu a exaltação do nazismo por via do *ouro* conquistado nas arenas olímpicas.

89 Em novembro de 2015, sob os auspícios do Centro de Estudos Olímpicos da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e com o apoio do Comité Olímpico de Portugal, realizou-se um seminário denominado *Berlim 1936: um tempo, uns Jogos, um filme*, onde foi visionado o referido documentário e analisado por especialistas nas perspetivas política, antropológica, desportiva e cinematográfica.

O poder alemão, inclusive, tentou uma classificação dos Jogos Olímpicos, destacando-se largamente dos demais, em especial dos Estados Unidos, na pontuação final obtida na totalidade das modalidades desportivas realizadas (Vidal, 1998, p. 67). Seja qual for o critério adotado para essa classificação informal, a Alemanha surge sempre em primeiro lugar.

A Alemanha foi de longe o país que mais medalhas conquistou, consumando desta maneira um desígnio anunciado para esses Jogos, o de mostrar a superioridade ariana no desporto⁹⁰. Conseguiu-o. O pior iria ter início em 1939!

90 É de realçar que muitos dos campeões olímpicos alemães morreram nas diversas frentes de guerra.

BREVES NOTAS FINAIS

Os Jogos Olímpicos de 1936 constituíram-se como um parêntesis na barbárie nazi tornada evidente à escala mundial a partir de 1939. Sem a mesma visibilidade global, havia já visíveis manifestações deste desvario, especialmente centradas no povo judeu, inclusive a nível desportivo. Todavia, durante o tempo dos Jogos a repressão – e os crimes hediondos – diminuíram bastante de intensidade, embora numa tentativa da Alemanha se mostrar ao mundo como uma nação socialmente evoluída, tolerante e respeitadora das pessoas.

Infelizmente os Jogos de Berlim tiveram um antes e um depois, onde estes valores de forma alguma foram levados em devida conta. O apogeu da violência aconteceu mais tarde, como é de todos conhecido.

Face à análise efetuada ao documentário *Olympia* e ao enquadramento sociopolítico possibilitado pelo livro *A minha luta* e pelo ideário de Alfred Rosenberg, verdadeiro filósofo do regime, podemos concluir que o pensamento racial e a superioridade do povo ariano em relação aos demais não eram exclusivamente germânicos. Era uma visão hegemónica no pensamento europeu com uma extensão aos Estados Unidos da América. Os Jogos constituíram-se num ato de propaganda do regime com inúmeras exaltações do nazismo e do seu líder, o que contrariava o espírito olímpico.

No documentário de Leni Riefenstahl não são visíveis manifestações racistas ou xenófobas por parte da narração ou do público, embora tenhamos a consciência da filiação partidária da cineasta. Conquanto o documentário não registe esse momento, é conhecido que o alemão Luz Long⁹¹ estabeleceu na prova do Salto em Comprimento um diálogo com Jesse Owens, inclusive ajudando-o a ultrapassar um problema técnico.

91 Este atleta, principal favorito para a prova, morreu nos campos de batalha, na Sicília em 1943, tendo recebido posteriormente a medalha Pierre de Coubertin, a principal honraria outorgada pelo Comité Olímpico Internacional. Curiosamente na fotografia que o eterniza no pódio olímpico é bem evidente a saudação nazi que Luz Long faz.

Não há qualquer evidência de racismo naquilo que foi estritamente desportivo.

O documentário evidencia a necessidade de os organizadores dos Jogos reivindicarem a pureza biológica do arianismo e a herança cultural do povo grego, de que o ritual do fogo olímpico é um exemplo. Importa ainda referir que a construção do documentário vai no sentido de unir a Grécia à Alemanha através do olimpismo, que era fundamental para legitimar a exaltação do corpo vigoroso defendido por A. Hitler.

Apesar de existirem algumas referências elogiosas de Pierre de Coubertin, que faleceu em 1937, aos Jogos de Berlim, estamos certos que esses comentários se dirigiam muito mais ao essencial dos Jogos e não tanto às circunstâncias em que se realizaram. Se nos alhearmos do futuro de 1936, que conhecemos muito bem, e se nos situarmos exclusivamente na primeira quinzena do mês de agosto desse ano, dificilmente poderemos entrever aquilo que depois ocorreu. Vemos desporto de alto rendimento, a exaltação dos melhores, uma organização excepcional, um ambiente verdadeiramente olímpico, novidades simbólicas que ainda se mantêm como é o caso do fogo olímpico aceso na Grécia e chegando através de uma impressionante corrente humana até ao Estádio Olímpico e, finalmente, um impressionante documentário cinematográfico que de alguma forma inaugura uma nova estética visual.

Se os jogos Olímpicos da Antiguidade alavancaram a estatuária do nu, os Jogos Olímpicos de Berlim possibilitaram a emergência de uma nova estética cinematográfica onde o racismo ou a xenofobia não tiveram lugar, exaltando-se a beleza corporal e o ideal agónico do olimpismo.

Sem dúvida que em múltiplos aspetos os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 foram um oásis perdido no meio de uma vasta sociedade alienada e pautada por uma violência que se tornaria horrenda passados três anos.

Pelo documentário *Olympia* verificam-se que houve alguns desvios à Carta Olímpica, mas no essencial os Jogos exaltaram os vencedores e respeitaram os vencidos.

REFERÊNCIAS

- Arendt** H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Aristóteles**. *Política*. Lisboa: Veja; edição de 1998.
- Banton** M. (2015). *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70.
- Bethencourt** F. (2015). *Racismos. Das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Camões** L. *Lusíadas*. Lisboa: Círculo de Leitores, edição de 1981.
- Campêlo** A. (2001). Acto de Primavera. Um filme Antropológico. In Leão, Isabel (org.), *Congresso Internacional Literatura, Cinema e outras artes. Homenagem a Ernest Hemingway e Manoel de Oliveira*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 153 – 172.
- Clifford** J, **Marcus** G. (1991). *Las retóricas de la antropología*. Madrid: Ediciones Jucar.
- Denzin** N. (2009). *The research act. A theoretical introduction sociological methods*. New Brunswick and London: Aldin Transaction.
- Diamond** J. (2008). *Colapso. Ascensão e queda das sociedades humanas*. Lisboa: Gradiva.
- Dilagowa** H. (2007). Polónia. In *História da Humanidade. O século XIX*. Lisboa: Verbo, v. VI, pp. 354 – 357.
- Eco** H. (2015). *História das terras e dos lugares lendários*. Lisboa: Gradiva.
- Esteves** J. (1999). *O desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Geertz** C. (2003). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Gottdiener** M. (1995). *Postmodern semiotics – material culture and the forms of postmodernlife*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.
- Grawitz** M. (1993). Cinéma, Radio, Télévision, Enregistrements. In *Méthodes des sciences sociales*. Paris: Éditions Dalloz, p. 526 – 531.
- Harari** Y. N. (2013). *Sapiens. De animal a Deuses. História breve da humanidade*. Amadora: Vogais.

Harper D. (2000). Reimagining visual methods. Galileo to Neuromancer. In Denzin NK, Lincoln YS, editores, *Handbook qualitative research*. Thousand Oaks, California: Sage Publication, pp. 717 – 732.

Helm S. (2015). *Se isto é uma mulher*. Lisboa: Editorial Presença.

Hitler A. *A minha luta*. Lisboa: E-Primatur (edição de 2016).

Hobsbawn E. (2005). *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. Porto: Campos das Letras.

International Olympic Committee (2015). *Olympic Charter*, p. 71-75. Acessível em <https://goo.gl/YMWdM>

Ionov I. N., Tsumatali A. N. (2007). Rússia. In *História da Humanidade. O século XIX*. Lisboa: Verbo, v. 6, pp. 358 – 370.

Kershaw I. (2016). *À beira do abismo. A Europa 1914 – 1949*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Keys B. (2009). The body as a political space: comparing Physical Education under nazism and stalinism. *German History*, 27 (3): 395-413.

Levi P. (2015). *Assim foi Auschwitz*. Lisboa: Objetiva.

Longerich P. (2016). *Heinrich Himmler*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Mallory J. P. (1997). O fenómeno Indo-Europeu: linguística e arqueologia. In *História da Humanidade. Do terceiro milénio ao séc. VII a.C.* Lisboa: Verbo, v. II, pp. 81 – 93.

Mathias P., Pollard S. (2007). O contexto socioeconómico em mudança. In *História da Humanidade. O século XIX*. Lisboa: Verbo, v. VI, pp. 11 – 54

Mirandola G P. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Lisboa: Edições 70; edição bilingue de 2006.

Moreira A. (2008). *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.

Pascoaes T. *Arte de ser português*. Lisboa: Assírio e Alvim (edição de 1993).

Pereira M. H. R. (1988). *Estudos de História de cultura clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira M. H. R. (2000). Verbetes Hiperbórea. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa: Verbo, v. 14, pp. 1060-1061.

Pinto P. M. (2013). O lugar: Olímpia, o santuário-estádio. In Paulo Mendes Pinto (Coord.), *Olímpico. Os jogos num percurso de valores e significados*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 15 – 22.

Posner G.L., **Ware** J. (2006). *Mengele*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Queiroz C. (1991). Verbete Raça. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 19, pp. 334 – 363.

Rees L. (2005). *Auschwitz. Os nazis e a solução final*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Santos P. (2007). The Cinematographic Representation of the City of Porto (as seen by the author in six films). Disponível em <https://goo.gl/Ki5T6F>

Sobral J. M. (2012). Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações. In Silva M. C., Sobral J. M. (organizadores), *Etnicidades, nacionalismo e racismos. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Edições Afrontamento, p. 77 – 126.

Sperber D. (1992). *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70.

Sua Santidade Divina Graça A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada (1995). *Bhagavad-Gita Como Ele É*. São Paulo: The Bhaktivedanta Book Trust.

Thapar B. K., **Mughal**, M.R. (1997). O Vale do Indo (3000-1500 a.C.). In *História da Humanidade. Do terceiro milénio ao séc. VII a.C.* Lisboa: Verbo, v. II, pp. 256 – 277.

Thapar B.K., **Rahman** A. (1997). As culturas pós-Indo (1500-700 a.C.). In *História da Humanidade. Do terceiro milénio ao séc. VII a.C.* Lisboa: Verbo, v. II, pp. 278 – 292.

The nazi Olympics Berlin 1936. In *Holocaust Encyclopedia*. Acessível em <https://goo.gl/jv4lZI>

Vidal M. (1998). *L'épopée des Jeux Olympiques, 1896-1988*. Paris: Messidor.

Vigarello G. (2013). Treinar. In Corbin A., Courtine J.-J., Vigarello G. (direção), *História do corpo*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 5, pp. 295 – 369.

Wittgenstein L. (1996). *Cultura e valor*. Lisboa: Edições 70.

Wittman R. K., **Kinney** D. (2016). *O diário do diabo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

AGRADECIMENTOS

Os autores, reconhecidos, agradecem à Dra. Cíntia Gil, Diretora do Festival DocLisboa, a análise ao documentário de Leni Riefenstahl, intitulado *Olympia. Feste der Völker*, e ao Professor Adriano Moreira a quem pedimos um curto prefácio e nos brindou com um texto extraordinário escrito em 1961, que parece que foi elaborado propositadamente para abrir este simples trabalho.

Finalmente, nas pessoas do Doutor José Manuel Constantino e Dra. Rita Nunes, um agradecimento ao Comité Olímpico de Portugal por se disponibilizar em publicar este estudo sobre temas sempre atuais, o racismo e a xenofobia.

Rui Proença Garcia

Universidade do Porto. Faculdade de Desporto.

Membro Correspondente da Academia Brasileira de Filosofia

Daniel Seabra

Universidade Fernando Pessoa.

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

FICHA TÉCNICA

Autores

Rui Proença Garcia
Daniel Seabra

Coordenação e Revisão

Rita Nunes

Design e produção gráfica

Estrelas de Papel Lda. – Lisboa

Tiragem

1.000 exs.

ISBN: 978-989-99991-1-4

Depósito Legal: 437175/18

Janeiro 2018

TÍTULOS ANTERIORES

1. A sustentabilidade competitiva do desporto português
2. O desporto e o constrangimento demográfico
3. Programa de preparação olímpica
4. Desporto, crescimento económico e emprego
5. A Igualdade de género no desporto
6. O desporto na descolonização portuguesa
7. O Legado axiológico dos Jogos Olímpicos
8. Código de Ética. Comité Olímpico Internacional
9. Desporto e segurança. Olimpismo e paz
10. Ciências do Desporto. Contributos para o rendimento desportivo
11. Violência, segurança e prevenção de risco no desporto



Comité Olímpico de Portugal - Travessa da Memória, 36, 1300-403 Lisboa - Portugal
Tel: (+351) 213 617 260 | Fax: (+351) 213 636 967 | E-mail: correio@comiteolimpicoportugal.pt

www.comiteolimpicoportugal.pt